

### MESA DIRETORA

#### JALSER RENIER PADILHA - PRESIDENTE

**CORONEL CHAGAS**  
1ª VICE-PRESIDENTE

**NALDO DA LOTERIA**  
1º SECRETÁRIO

**DHIEGO COELHO**  
3º SECRETÁRIO

**JÂNIO XINGÚ**  
2º VICE-PRESIDENTE

**MARCELO CABRAL**  
2º SECRETÁRIO

**IZAIAS MAIA**  
4º SECRETÁRIO

**FRANCISCO MOZART**  
3º VICE-PRESIDENTE

**MASAMY EDA**  
CORREGEDOR GERAL

**JORGE EVERTON**  
OUVIDOR GERAL

### COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO RESOLUÇÃO Nº 036/2015

#### DEPUTADO JALSER RENIER - PRESIDENTE

DEPUTADA AURELINA MEDEIROS

DEPUTADA ÂNGELA ÁGUIDA PORTELLA

DEPUTADO BRITO BEZERRA

DEPUTADO CHICO MOZART

DEPUTADO CORONEL CHAGAS

DEPUTADO GABRIEL PICAÑÇO

DEPUTADO GEORGE MELO

DEPUTADO JÂNIO XINGÚ

DEPUTADO JORGE EVERTON

DEPUTADA LENIR RODRIGUES

DEPUTADO MARCELO CABRAL

DEPUTADO MECIAS DE JESUS

DEPUTADO NALDO DA LOTERIA

DEPUTADO OLENO MATOS

DEPUTADO VALDENIR FERREIRA

#### GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR  
Telefone: (95) 3623-6665 | E-mail: docgeralale@gmail.com

DANIELLY VANDERLEI DE MORAIS  
Gerente de Documentação Geral

CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA  
Diagramação

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser encaminhadas à Gerência de Documentação Geral através do *Sistema de Gerenciamento de Documentos Eletrônicos (DATAGED)*, e pelo e-mail docgeralale@gmail.com de segunda a sexta-feira.

#### Atos Administrativos

- Resoluções de Afastamento nº 260 a 262/2015 02
- Errata da Resolução nº 240/2015 02

#### Atos Legislativos

- Emenda à Constituição nº 043/2015 02
- Autógrafo Projeto de Lei nº 004 e 010/2015 03
- Decreto Legislativo nº 08/2015 04

#### Das Comissões

- Comissão Especial Externa - Resolução nº 011/2015 alternada com a Resolução nº 019/2015 04

**ATOS ADMINISTRATIVOS**
**RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTOS**
**RESOLUÇÃO Nº 260/2015**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

**RESOLVE**

**AUTORIZAR** o afastamento do servidor **JOÃO DE CARVALHO Matrícula 16793**, para viajar com destino ao município Rorainópolis, no período de 06.07 a 15.07.2015, com a finalidade de tratar de assuntos inerentes às suas atividades funcionais, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 02 de Julho de 2015

**Deputado JALSER RENIER PADILHA**

Presidente

**Deputado ROSINALDO ADOLFO BEZERRA DA SILVA**

1º Secretário

**Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO**

2º Secretário

**RESOLUÇÃO Nº 261/2015**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

**RESOLVE**

**AUTORIZAR** o afastamento do servidor **PEDRO MARDEN SOUZA FELIX Matrícula 11588**, para viajar com destino a cidade de Manaus - AM, no período de 06.07 a 15.07.2015, com a finalidade de tratar de assuntos inerentes às suas atividades funcionais, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 02 de Julho de 2015

**Deputado JALSER RENIER PADILHA**

Presidente

**Deputado ROSINALDO ADOLFO BEZERRA DA SILVA**

1º Secretário

**Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO**

2º Secretário

**RESOLUÇÃO Nº 262/2015**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

**RESOLVE**

**AUTORIZAR** o afastamento dos servidores **RAILTON DA CRUZ BATISTA, CRISTHIAN BRUNO VELA DE AGUIAR, VANESSA RIBEIRO DA SILVA, HERMES FERREIRA DE ANDRADE FILHO e NIVALDA NAZARE GOMES CARDOSO** para viajarem com destino a cidade de Manaus - AM no período de 07.07 a 14.07.2015, com a finalidade de tratarem de assuntos inerentes às atividades funcionais, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 06 de Julho de 2015

**Deputado JALSER RENIER PADILHA**

Presidente

**Deputado ROSINALDO ADOLFO BEZERRA DA SILVA**

1º Secretário

**Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO**

2º Secretário

**ERRATA DA RESOLUÇÃO DE AFASTAMENTO Nº 240/2015**

Retificamos a Resolução Nº 240/2015 publicada no diário da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima no dia 01 de Julho do ano em curso, Edição Nº 2084, em virtude de incorreções no período de afastamento.

**Onde se lê:** no período de 02.07 a 06.07.2015

**Leia-se:** no período de 13.07 a 17.07.2015

Palácio Antônio Martins, 06 de Julho de 2015

**Niura Cardoso de Souza**  
**Superintendente Administrativa**

**ATOS LEGISLATIVOS**
**EMENDA À CONSTITUIÇÃO**


ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA  
 "Anistadois: Tratado do Brasilicois"



EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 43 DE 30 DE JUNHO DE 2015

Acresce dispositivos normativos, em especial, à Seção VII no Capítulo I do Título V, bem como o Art. 110-A e parágrafos à Constituição do Estado de Roraima, tratando sobre a compensação financeira aos Municípios onde haja exploração de recursos hídricos com o fim de geração de energia elétrica.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA faz saber que o Plenário aprovou e ela, nos termos do Art. 39, §3º da Constituição Estadual, promulga a seguinte Emenda ao Texto Constitucional:

Art. 1º. O Título V, Capítulo I da Constituição do Estado passa a vigorar acrescido da Seção VII – Compensação Financeira aos Municípios, bem como do Art. 110-A e parágrafos, com a seguinte redação:

**SEÇÃO VII**  
**Compensação Financeira aos Municípios**

Art. 110-A. O Estado compensará financeiramente o Município no qual houver exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, que, nos termos da Lei Federal nº 7.990/1989, tenha instalações isentas de pagamento de royalties.(AC)

§1º A compensação do caput será operada, preferencialmente, via repasse ao Município de 5% (cinco por cento) do montante recolhido a título de ICMS sobre o faturamento da produção proveniente da geração de energia elétrica pela concessionária em seu território. (AC)

§2º O Estado poderá se utilizar de outra fórmula compensatória mais benéfica ao Município, sendo possível, ademais, a compensação de contas, inclusive a de natureza tributária. (AC)

§3º É condição à compensação, o respeito às postulações legais vigentes, sobretudo as de ordem tributária, financeira e orçamentária. (AC)

PALÁCIO ANTÔNIO AUGUSTO MARTINS – SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA  
 Praça do Centro Cívico, 202 - Centro - Fone: (93) 4008-5000 / 5008-1102  
 CEP: 69.301-380 - Boa Vista - Roraima - Brasil - Site: www.al.ror.gov.br



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA  
 "Anistadois: Tratado do Brasilicois"



§4º Os recursos serão repassados mensalmente aos Municípios devidos, salvo outra fórmula previamente acordada entre os entes políticos interessados. (AC)

§5º A compensação tem o caráter de: (AC)

- I – Indenizar o Município pelas agressões ambientais e sociais sofridas;
- II – Ajudar no emprego de políticas públicas nas áreas ambientais e de geração de renda e empregos;
- III – Proporcionar investimentos em infraestrutura voltados à defesa do patrimônio ambiental municipal e estadual, e;
- IV – Impulsionar o desenvolvimento socioeconômico da região, sobretudo por intermédio do implemento de políticas sustentáveis.

Art. 2º. Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 30 de junho de 2015.

Deputado **JALSER RENIER**  
 Presidente da Assembleia Legislativa de Roraima

Deputado **NALDO DA LOTERIA**  
 1º Secretário

Deputado **MARCELO MOTA DE MACEDO**  
 2º Secretário

PALÁCIO ANTÔNIO AUGUSTO MARTINS – SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA  
 Praça do Centro Cívico, 202 - Centro - Fone: (93) 4008-5000 / 5008-1102  
 CEP: 69.301-380 - Boa Vista - Roraima - Brasil - Site: www.al.ror.gov.br

## PROJETO DE LEI



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA

"Anos de Patrimônio dos Brasileiros"



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
A Força do Povo

PROJETO DE LEI Nº 004 DE 30 DE JUNHO DE 2015.

*Institui no âmbito do Estado de Roraima o Projeto Social de Formação, Qualificação e Habilitação Profissional de Condutoras de Veículos Automotores denominado "Habilitação Cidadã" e dá outras providências.*

A GOVERNADORA DO ESTADO DE RORAIMA faço saber que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica instituído, no âmbito do Estado de Roraima, o Projeto Social de Formação, Qualificação e Habilitação Profissional de Condutoras de Veículos Automotores denominado "Habilitação Cidadã".

**Art. 2º** A finalidade do Projeto Social de Formação, Qualificação e Habilitação Profissional de Condutoras de Veículos Automotores é possibilitar gratuitamente o acesso das pessoas de baixo poder aquisitivo à obtenção da 1ª (primeira) Carteira Nacional de Habilitação – CNH, nas categorias A, B e AB e, na hipótese de renovação da CNH para os condutores profissionais, assegurando aos beneficiários:

I - dispensa do pagamento dos custos relativos aos exames de aptidão física, mental e psicológica;

II - dispensa de pagamento dos custos para obtenção da 1ª (primeira) habilitação, nas categorias A, B, AB e para renovação da CNH para condutores profissionais;

III - dispensa do pagamento dos custos de emissão da CNH;

IV - dispensa do pagamento dos valores relativos à realização dos cursos teórico-técnico e de prática de direção veicular; e

V - dispensa do pagamento dos custos inerentes à realização de provas teóricas e práticas.

**Art. 3º** Para os efeitos desta Lei, serão consideradas pessoas de baixo poder aquisitivo aquelas, cuja renda mensal seja igual ou inferior a 1/2 (meio) salário mínimo por membro da família.

**Parágrafo único.** Poderão se candidatar ao benefício, proporcionado pelo Projeto Social de que trata a presente Lei, pessoas de baixo poder aquisitivo que se enquadrarem em uma das seguintes situações:

I - os trabalhadores comprovadamente desempregados há mais de 01 (um) ano;

PALÁCIO ANTÔNIO AUGUSTO MARTINS – SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA  
Praça do Castelo, 202 - Centro - FONE: (68) 4006-0000 / 3623-1197  
CEP: 69.301-300 - Boa Vista - Roraima - Brasil - Site: www.al.ror.br



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA

"Anos de Patrimônio dos Brasileiros"



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
A Força do Povo

II - beneficiários do Programa Bolsa Família, criado pela Lei Federal nº 10.836, de 09.01.2004; e

III - pessoas egressas e liberadas do sistema penitenciário, de acordo com os requisitos estabelecidos pelo Chefe do Poder Executivo por meio de Decreto.

**Art. 4º** O candidato à obtenção do benefício da gratuidade previsto nesta Lei deverá preencher os seguintes requisitos:

I - ser penalmente imputável;

II - saber ler e escrever;

III - possuir CPF, Carteira de Identidade ou equivalente;

IV - comprovar domicílio ou residência no Estado de Roraima há pelo menos 02 (dois) anos;

V - não estar judicialmente impedido de possuir a CNH.

**Parágrafo único.** O Poder Executivo estabelecerá por decreto critérios de seleção dos beneficiários do presente Projeto.

**Art. 5º** A concessão dos benefícios, a que se refere esta Lei, para obtenção de 1ª (primeira) CNH ou de sua renovação para os condutores profissionais, não exige o beneficiário da realização de todos os exames necessários e indispensáveis para a habilitação na categoria pretendida, devendo ser observadas as disposições da Lei nº 9.503, de 23.9.1997 - Código de Trânsito Brasileiro - CTB, e Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN.

**§ 1º** O candidato com inaptidão temporária ou encaminhado à junta médica especial, bem como o candidato, que solicitar perícia em junta médica ou psicológica em grau de recurso, poderá refazer os exames correspondentes sem ônus, uma única vez, até o vencimento do processo no Registro Nacional de Condutoras Habilitadas - RENACH.

**§ 2º** O candidato, reprovado nos exames teórico-técnico e/ou de prática de direção veicular, poderá renová-los, uma única vez, sem qualquer ônus, desde que não expirado o prazo do processo de obtenção de 1ª (primeira) CNH.

**§ 3º** Expirada a validade do processo de obtenção de 1ª (primeira) CNH ou inabilitado o candidato, este somente poderá ser incluído no Projeto de que trata o artigo 1º desta Lei, após decorrido 01 (um) ano a contar do final do processo, devendo comprovar, ainda, a validade dos exames médicos e psicológicos.

PALÁCIO ANTÔNIO AUGUSTO MARTINS – SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA  
Praça do Castelo, 202 - Centro - FONE: (68) 4006-0000 / 3623-1197  
CEP: 69.301-300 - Boa Vista - Roraima - Brasil - Site: www.al.ror.br



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA

"Anos de Patrimônio dos Brasileiros"



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
A Força do Povo

**§ 4º** Fica reservado às pessoas com deficiência o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas destinadas, anualmente, ao projeto.

**Art. 6º** O Estado de Roraima, por intermédio de seus órgãos competentes, será responsável pela regulamentação relativa ao oferecimento do curso teórico-técnico e ao curso de prática de direção veicular, bem como relativas aos exames médicos e psicológicos exigidos.

**§ 1º** O Estado de Roraima poderá celebrar convênios para a realização das atividades previstas no caput deste artigo.

**§ 2º** Para o cumprimento do Projeto, poderão ser celebrados convênios administrativos com instituições de ensino, com outros entes federativos, bem como com organizações não-governamentais e demais entidades credenciadas e regulares, que atendam às especificações dispostas em regulamento, a realizarem as atividades disciplinadas nesta Lei.

**Art. 7º** O Estado de Roraima instituirá uma Comissão, através de seus órgãos competentes, para gerenciamento do Projeto Social de Formação, Qualificação e Habilitação Profissional de Condutoras de Veículos Automotores, com as seguintes atribuições:

I - supervisionar o Projeto Social de Formação, Qualificação e Habilitação Profissional de Condutoras de Veículos Automotores;

II - avaliar procedimentos de execução do Projeto, instituir medidas de fiscalização, ajustamento e aperfeiçoamento e elaborar as normas complementares não estabelecidas na regulamentação desta Lei;

III - dar assessoramento técnico e administrativo na implantação, execução e acompanhamento e avaliação do Projeto;

IV - analisar e aprovar os relatórios de avaliação e resultados, incluindo, quando necessário, parecer sobre assuntos de sua competência.

V - instituir as diretrizes, os critérios, as normas e os procedimentos operacionais necessários ao funcionamento do presente Projeto, atendidas as regras estabelecidas nesta Lei e no correspondente decreto expedido pelo Chefe do Poder Executivo; e

VI - estabelecer o número de vagas anual para os beneficiários do presente Projeto, respeitado o orçamento aprovado.

**Art. 8º** O disposto nesta Lei não se aplica às pessoas que tenham cometido crimes na condução de veículo automotor, previstos no CTB, com sentença penal

PALÁCIO ANTÔNIO AUGUSTO MARTINS – SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA  
Praça do Castelo, 202 - Centro - FONE: (68) 4006-0000 / 3623-1197  
CEP: 69.301-300 - Boa Vista - Roraima - Brasil - Site: www.al.ror.br



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA

"Anos de Patrimônio dos Brasileiros"



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
A Força do Povo

condenatória transitada em julgado ou que tenham sofrido penalidade de cancelamento de permissão e cassação de CNH nos últimos 02 (dois) anos, contados até a data da inscrição no processo seletivo do presente programa social.

**Art. 9º** Fica o Poder Executivo autorizado a proceder alterações no orçamento e no Plano Plurianual de Aplicação, a fim de possibilitar a imediata execução do Projeto, criado nesta Lei.

**Art. 10.** A presente Lei será regulamentada por Decreto do Poder Executivo no prazo de 90 (noventa) dias.

**Art. 11.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 30 de junho de 2015.

Deputado **EDUARDO BENTEN**  
Presidente

Deputado **NALDO DA LOTERIA**  
1º Secretário

Deputado **MARCELO CABRAL**  
2º Secretário

PALÁCIO ANTÔNIO AUGUSTO MARTINS – SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA  
Praça do Castelo, 202 - Centro - FONE: (68) 4006-0000 / 3623-1197  
CEP: 69.301-300 - Boa Vista - Roraima - Brasil - Site: www.al.ror.br



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA  
"Anistória: Pátrio dos Brasileiros"



PROJETO DE LEI Nº 010/2015

Dispõe sobre a divulgação da Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha, em todos os estabelecimentos públicos de ensino do Estado de Roraima.

A GOVERNADORA DO ESTADO DE RORAIMA:

Faço saber que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Todos os estabelecimentos públicos de ensino do Estado de Roraima divulgarão, em suas dependências, por meio de cartazes, panfletos, banners, revistas, jornais impressos, murais, mídias no espaço escolar e ferramentas de comunicação afins, a Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha, que dispõe sobre mecanismo para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 30 de junho de 2015.

Dep. JALSYR RENIER  
Presidente

Dep. NALDO DA LOTERIA  
1º Secretário

Dep. MARCELO CABRAL  
2º Secretário

PALÁCIO ANTÔNIO AUGUSTO MARTINS - SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA  
Praça do Centro Cívico, 202 - Centro - FONE: (68) 4028-5000 / 2622-1747  
CEP: 69.201-900 - Boa Vista - Roraima - Brasil - Site: www.al.ror.br

## DECRETO LEGISLATIVO



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA  
"Anistória: Pátrio dos Brasileiros"



DECRETO LEGISLATIVO Nº 08/2015.

Aprova a indicação do Senhor Marcelo de Magalhães Nunes para exercer o cargo de Diretor-presidente do Instituto de Amparo à Ciência e Tecnologia e Inovação do Estado de Roraima - IACT.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica aprovado o nome do Senhor Marcelo de Magalhães Nunes para exercer o cargo de Diretor-presidente do Instituto de Amparo à Ciência e Tecnologia e Inovação do Estado de Roraima - IACT, nos termos do art.33, inciso XVIII, da Constituição do Estado de Roraima, conforme mensagem governamental 020, de 22 de abril de 2015.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 01 de julho de 2015.

Deputado JALSYR RENIER  
Presidente

Deputado NALDO DA LOTERIA  
1º Secretário

Deputado MARCELO CABRAL  
2º Secretário

PALÁCIO ANTÔNIO AUGUSTO MARTINS - SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA  
Praça do Centro Cívico, 202 - Centro - FONE: (68) 4028-5000 / 2622-1747  
CEP: 69.201-900 - Boa Vista - Roraima - Brasil - Site: www.al.ror.br

## DAS COMISSÕES

### ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA, CRIADA NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 011/2015, ALTERNADA PELA RESOLUÇÃO Nº 019/15, REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 2015 PARA ARGUIÇÃO E DELIBERAÇÃO DO RELATÓRIO CONCLUSIVO.

Aos doze dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, às quinze horas e dez minutos, na Sala de Reuniões, nos autos do Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Parlamentar, sito à Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se a Comissão Especial Externa, criada por meio da Resolução Nº 011/2015, alterada pela Resolução nº 019/15, destinada para, nos termos dos arts. 269 e 271 do Regimento Interno, analisar a indicação do nome do Senhor **Ubirajara Riz Rodrigues**, indicado pelo chefe do Poder Executivo para exercer o cargo de Diretor - Presidente da Junta Comercial do Estado de Roraima, conforme mensagem Governamental nº 005/15, datada de 03/02/15, sob a Presidência do Senhor Deputado **Valdenir Ferreira**.

**ABERTURA:** O Senhor Presidente registrou a presença dos Senhores Parlamentares que compõem esta Comissão: Odilon, Coronel Chagas e Zé Galeto. Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião e passou ao exame da Ata da reunião anterior. A requerimento do Senhor Deputado Coronel Chagas, foi dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, tendo em vista a distribuição de cópias, com antecedência a todos os Membros da Comissão para conhecimento do seu teor. Logo após, o Senhor Presidente colocou a Ata em discussão. Não havendo nenhuma retificação, por parte dos Membros, foi submetida à votação, sendo aprovada por unanimidade pelos Senhores Membros da Comissão. **EXPEDIENTE:** Por determinação da Presidência da Comissão a Ata será transcrita na íntegra. Senhor Presidente **Valdenir Ferreira**- Peço ao relator que faça a leitura da ficha de inscrição do arguido. Senhor Deputado **Coronel Chagas** - Comissão Especial Externa, criada nos termos da Lei de resolução zero onze de dois mil e quinze e alterada pela resolução número dezoito de dois mil e quinze. Ficha de identificação do Senhor **Ubirajara Riz Rodrigues**, indicado para exercer o cargo de Diretor - Presidente da Junta Comercial de Roraima (JUCERR).

Nome do declarante: **Ubirajara Riz Rodrigues**, registro geral: seis mil, novecentos e um, SSP/RR, CPF: zero,zero, três, dois, quatro, quatro, dois, quatro, dois, zero, zero. Filiação: Manoel Riz M. Rodrigues e Iris Franco Rodrigues, Data de nascimento: nove de julho de mil novecentos e quarenta e quatro, nacionalidade brasileira, estado civil: casado, profissão: administrador, roraimense, endereço residencial: Avenida Nossa Senhora da Consolada, seiscentos e um, centro, Boa Vista, Roraima. Senhor Presidente **Valdenir Ferreira**- Neste momento, paço a palavra ao Senhor **Ubirajara Riz**, para suas considerações iniciais. Senhor **Ubirajara Riz Rodrigues** - Boa tarde ao Senhor Presidente e aos demais Membros presentes. Para mim é uma satisfação muito grande estar aqui. Diria que hoje, tenho uma responsabilidade de ser Presidente da Junta Comercial do Estrado de Roraima, sempre estive lutando. Hoje com setenta anos de idade, sempre estive em Entidades e Associações, cuidando, até chegar Presidente. Na Junta Comercial, por exemplo, fui convidado duas vezes antes desta. Uma foi pelo Governador Flamarion, e não sei o motivo, não fui ser, outra, foi uma composição do governo passado do Governador Anchieta, que eu também iria ser Presidente e depois, não assumi a Presidência, e sim, outra pessoa, Claudesi em comum acordo comigo e, eu aceitei, ele seria o Presidente e dois anos após, eu seria o vice Presidente. Isso foi feito, e quando foi em dois mil e dez, após as eleições, eu fui demitido da Junta Comercial sumariamente, demitido da Vice Presidência e do Conselho. Sendo que do Conselho, eu não poderia ter sido demitido, Senhor Presidente, porque para se demitir um conselheiro da Junta Comercial, é necessário ter um processo dentro da Junta do Conselho de Vogal para ser aprovado. Isso não foi feito, entrei na justiça e retornei como Conselheiro. Não quis entrar, até como Vice Presidente, teria voltado pelo menos por uns três meses após as eleições. Fiquei até terminar o mandato, Quando terminou o mandato de Conselheiro, outro Conselho foi constituído, peguei minha documentação e mandei para Brasília e acabei sendo nomeado pelo Ministro como Conselheiro titular representando a União. O Conselho da Junta, hoje, é composto por quatorze Membros, diz a Lei que sete são de grau superior, Federação do Comércio, todas as Federações. Hoje o Conselho da Junta, hoje não, já á tempos, está irregular, tem uma CBL. Terminando a eleição, a governadora recebeu uma denúncia da Federação da Micro Empresa, falando da irregularidade que estava havendo na Junta e pedindo a sua vaga que era de direito, pois já havia feito o pedido várias vezes, mas não tinha alcançado êxito. Em seguida, a Federação do Comércio- FECORR, fez uma carta á governadora, relatando

também às irregularidades na Junta Comercial por possuir duas Entidades da CBL, pedindo ainda que o Conselho não comportava quatorze Membros e sim onze, depois quatorze, cada passo desse que se dá para passar de onze para quatorze, tem um processo, não foi feito processo nenhum botaram na marra, tiveram a oportunidade de resolver isso, Senhores Deputados, em dois mil e quatorze, em dois mil e quatorze foi dada a oportunidade de ser resolvido isso.

Teve uma assembleia na Junta Comercial, dos Conselheiros da Junta, para regularizar a situação de quatorze membros, nessa altura discutiu-se bastante que não era certo estar com dois elementos, isso já se vinha discutindo á muito tempo mais na sessão foi discutido assiduamente, como na maioria só tem eu como representante da união é que opus - me por dever de justiça, por dever de responsabilidade minha, está aqui a ATA onde diz "submeto a aprovação do plenário... exceto pelo Senhor Ubirajara Riz Rodrigues que não aprova, devido ser contra a Entidade de Classe CBL), só colocaram isso na ATA, mas ta aqui na ATA pronta, isso para provar a sua irregularidade. Quando a Governadora recebeu a segunda carta da Associação Comercial pedindo providências, carta esta que está aqui junto com todas as outras cartas dizendo da irregularidade e pedindo intervenção, para se tomar qualquer decisão a respeito de tirar uma entidade do Conselho, só com a intervenção.

Se qualquer pessoa ou qualquer um de nós que recebesse uma denúncia, teria que tomar uma providência ou ficar conivente. Ela tomou, fez uma intervenção, criando uma Comissão provisória e anulando todos os Decretos que nomearam eles para fazer um outro Conselho até terminar o mandato, o nosso mandato termina no dia seis de janeiro de dois mil e dezesseis, alguns Conselheiros foram até o Juiz e tentaram mandado de segurança, foi concedido mandado de segurança, mas invertendo o caso, não falaram em nenhum momento que a Governadora estava fazendo um Decreto intervindo por denúncia na Junta Comercial, por denúncia de irregularidade, eles arranjaram, o meu caso, o que aconteceu em dois mil e dez, que o Governo me demitiu, eu sozinho, sem ter processo nenhum, sem ter nenhuma

denúncia contra mim e não é denúncia contra os Conselheiros é denúncia contra a situação da irregularidade do Conselho da Junta, só tem essa forma.

Eles entraram na justiça e o juiz deu a liminar, está sob liminar, a Governadora teve que voltar eles, a Governadora cumpriu o decreto esperando que seja discutido o mérito, o mérito explica como foi tomada essa medida, o que acontece hoje é que os sete companheiros que entraram na justiça, voltaram e depois os outros também fizeram outro mandado de segurança, caiu para outro juiz, o juiz só aprovou o que o outro tinha feito, mas está tudo sub judice aguardando ser discutido o mérito. Acontece que não foi discutido o mérito até agora porque o desembargador que deu essa liminar, entrou de férias, então daqui que coloquem outro para substituí-lo, é que vai ser discutido o mérito, então a situação do Conselho da Junta está nesse aspecto, aguardando discussão do mérito desse mandado de segurança.

Como Presidente, estamos fazendo o nosso trabalho, quero dizer para vocês que quando eu fui convidado pela Governadora para ser o Presidente da Junta Comercial, primeiro, ela me reclamou dizendo que havia muita reclamação da Junta Comercial, a Junta Comercial tem demora em muitos documentos, não tinha ninguém e etc. eu disse a ela o seguinte: Governadora, eu quero duas pessoas, dois diretores que a Senhora nomeie que são de minha confiança, primeiro, é o diretor de administração e finanças, que eu tenho ver como está a situação financeira e preciso de uma pessoa de confiança que é o Gadelha, o Gadelha antes de ser Prefeito, ele é um profissional de alto nível da SEPLAN, o outro é o Diretor de registro, se a Senhora me der essas duas pessoas, para o restante das funções eu só preciso que a Senhora me mande gente com perfil, mas esses Diretores, eu preciso para organizar e lhe garanto que nós vamos colocar a Junta Comercial no devido caminho e melhorar rapidamente o atendimento porque nós conhecemos essa matéria.

O Diretor de registro, é uma pessoa que está há dezoito anos na Junta, trabalhando no registro, sendo recebido por outra função, ele chega dez horas, assina documento e não faz nada, que é o Cidiclei, esse funcionário Cidiclei, está há dezoito anos na Junta Comercial, hoje ele é o Diretor de Registro.

Nós revolucionamos a Junta Comercial Senhor Presidente e Deputado Coronel Chagas, nós chegamos na Junta e fizemos um levantamento de tudo, conversamos com todos os funcionários, existia uma desmotivação muito grande dos funcionários, o que acontecia na Junta Comercial é que o Presidente, praticamente, não falava com o Secretário - Geral, o Secretário - Geral é quem cuida de todo o "coração" da Junta Comercial, e o presidente não falava com ele, por isso que demorava, os processos ficavam todos na mesa dele, o Diretor

Administrativo-Financeiro não falava com o pessoal que cuidava da folha de pagamento, era direto com o Presidente.

Era um ambiente tão ruim, nós chamamos todos os funcionários, o próprio Clodezir ao visitar - me ele me deu os parabéns e disse que não conseguiu fazer o que eu estava fazendo, eu até agradei a ele, a Junta Comercial hoje, está passando por uma revolução tecnológica muito grande, a Junta Comercial daqui à seis meses, mais ou menos, deverá através do Projeto Redesim e o Projeto Integrar que estava parado e nós estamos colocando em execução, estivemos em Brasília e já está vindo um pessoal para digitalizar todo o nosso acervo, existe um convênio com o SEBRAE, no qual ele vai pagar setecentos mil reais para fazer essa digitalização, tem um convênio com o SEBRAE nacional, através de Minas-Gerais no qual virá o programa de Minas-Gerais, com esse programa do INTEGRAR você vai chegar a sua empresa, no seu computador e fazer tudo, se você quiser fazer alguma alteração, você fará lá e só vai levar os papéis na Junta Comercial, mas nesse INTEGRAR é preciso que haja a integração entre Prefeitura e Governo do Estado na SEFAZ.

O maior problema que havia, era na Prefeitura e já está resolvido, semana passada nós assinamos o convênio, fomos com a Prefeita, fizemos de tudo para que funcione o PROGRAMA, a digitalização chega na segunda-feira, eu tive informações hoje, através da minha cobrança veemente lá em Brasília, que estão chegando na próxima semana também, o pessoal do SEPRO para fazer essa integração nos outros órgãos, porque hoje, por exemplo, o nosso PROJETO INTEGRAR, só está integrado com a Receita Federal, em seguida quando nós fomos em Brasília chamados pelo Presidente da Micro-Empresa que é o Senhor Afif Domingos, lá foi tratado também do Bem-Mais-Simples que é da Junta Comercial, que vai regularizar toda a documentação de todo cidadão brasileiro, isso é importante, é tudo feito na Junta Comercial.

A Junta hoje tem uma responsabilidade muito grande, e está tudo tramitando na melhor forma possível, como aqui em RORAIMA temos pouca história escrita, eu tentei trazer aqui uma documentação desde a criação da JUCERR, até para os Senhores terem isso na Assembleia esse documento, que eu achei que era um documento que precisava relatar como foi criada, quando foi criada, desde o Território, tem tudo aqui nesse documento, onde eu também falo da missão da Junta Comercial.

A Junta Comercial hoje, é um Plenário, existe o Plenário e existe a Presidência, o Plenário é composto por quatorze Membros e Quatorze Suplentes e a Presidência é um órgão deliberativo e representativo, que no caso, o Presidente sou eu, Secretário-Geral Administrativo, é Órgão fiscalizador, que é o nosso Jurídico, eu também vou explanar aqui hoje, o que é o regime de registro e também o que está acontecendo com esse Projeto Integrar, com esse Projeto Integrar depois de integrado com a Prefeitura e depois com a Receita Estadual, nós daremos um passo muito significativo, tudo será feito pela internet, por exemplo, vocês aqui na Assembleia que precisarem de uma documentação de uma situação de qualquer empresa, vocês poderão tirar aqui pela internet.

Os Poderes Constituídos, o Poder Judiciário, todos, poderão baixar documentos pela internet, isso é uma inovação muito grande e também uma responsabilidade muito grande, eu já assinei todos os contratos para a liberação de todos esses acervos, o acervo documental também é uma preocupação muito grande, todos esses arquivos da Junta Comercial, estão colocados em pastas, pegando o sol, pegando tudo. Essa digitalização que começa na segunda-feira, vai acabar com tudo isso, nós vamos ter um arquivo seguro, isso começa já na segunda-feira.

Eu apresento aqui, para vocês também, a composição do quadro, onde nós temos trinta e dois funcionários, todos estagiários, isso é uma preocupação muito grande, eu já conversei com a Governadora, e peço que os Senhores ajudem, não pode passar desse ano, já estamos preparando quadro de funcionários para fazer concurso ainda esse ano, é inadmissível uma autarquia não ter nenhum funcionário de carreira, agora mesmo, chegou um expediente de Minas Gerais convocando dois funcionários titulares que fossem do quadro da Junta Comercial, para fazerem um treinamento lá, eu não pude mandar porque não tem ninguém, essa é uma preocupação na qual os Senhores poderão nos ajudar.

Eu fui Vice-Presidente da Junta Comercial em dois mil e oito, e como Vice-Presidente, no Plenário, eu falei muito e exigi que fosse criada uma Comissão para fazer um levantamento da situação da Junta Comercial naquela época, foi criada uma Comissão, com Ubirajara Riz, quem vos fala, Eliaci Marinho que é uma técnica e o Secretário Geral da época, levantamos toda a situação da Junta Comercial, fizemos um ofício para o Presidente, eu tenho cópia aqui, vou deixar cópia para todos os Senhores.

Em dois mil e oito, a Mensagem Governamental pronta para vir para a Assembleia, estava tudo pronto para ser enviado para a Assembleia, para o Governador Anchieta assinar, tinha o quadro de funcionários que nós precisávamos, tudo pronto em dois mil e oito, o todo, o Organograma

da Junta Comercial, tudo pronto, tudo minutado e, entregamos para o Presidente da Junta Comercial para que ele fosse até o Governador, tudo isso, já estava pronta a minuta do Projeto De Lei, para que não se tivesse trabalho no Gabinete do Governador, mas tinha que ter sido mandado para a Assembléia.

*É inadmissível, os Senhores precisam nos ajudar, a Junta Comercial tem que pedir socorro dos Senhores, não é admissível termos trinta e dois funcionários e nenhum deles ser concursado.*

Nesse Projeto Integrar Senhores, existem fases a serem cumpridas, as fases de dois mil e quatorze foram cumpridas direitinho, nessas fases nós tivemos que fazer a parte estrutural, todo o acervo, tudo que era necessário de Tecnologia de Informação, como por exemplo, o Software, tudo foi comprado, a Junta Comercial fez a sua parte.

Foi criado um Conselho que é dirigido pela SEPLAN e todos relacionados com as entidades como por exemplo, Junta Comercial, Corpo de Bombeiros estão presente nesse Conselho, mas esse Conselho não estava funcionando, nós já entramos em contato, logo esse Conselho voltará a funcionar para dar suporte a todo esse projeto, em dois mil e quatorze a Junta Comercial cumpriu tudo, gastou duzentos e setenta mil em equipamentos, está tudo funcionando na Junta Comercial, agora só está faltando a integração da Prefeitura que já assinou o convênio e chegar o pessoal de Minas Gerais que são os técnicos para montarem isso.

*É uma inovação muito grande, e nós temos também* em dois mil e quinze, uma responsabilidade a ser cumprida, como comprar novos equipamentos, essa parte tecnológica é muito cara, todo esse acervo é muito caro, nós só estamos fazendo isso porque o DREI que é o Departamento de Registro que fica em Brasília e que coordena todas essas Juntas Comerciais, consegui o apoio do SEBRAE, aliás, o SEBRAE, não passa dinheiro para ninguém, ele compra e executa os serviços e deixa pronto, por exemplo, essa digitalização que gastaram setessentos mil reais, para o pessoal vim fazer, que aliás, *nós estamos cobrando e logo virá*, temos certeza de que segunda-feira estarão aqui, todo o equipamento que vier para digitalização, vai ficar aqui, será nosso, o Programa é da Junta Comercial com apoio do SEBRAE e com imposição do DREI, mas o que nos preocupa nesse Programa é que vai passar pelo SEPRO, o SEPRO em Boa Vista, *não tinha condições de atender funcionários públicos*, mas nós cobramos bastante no DREI parece que vai ser criado um departamento exclusivo para fazer essa integração. *É uma inovação muito grande da Junta Comercial*, essa é a primeira providência que será tomada, em seguida, Senhor Presidente, o que nos preocupa são os nossos recursos humanos, os Senhores vão nos ajudar e vão nos cobrar e eu queria pedir que os Senhores nos ajudassem em mais uma coisa.

A nossa sede lá na Jaime Brasil, é um prédio do Governo, mas não é do Governo na verdade, é do Banco de Roraima, nós vamos tentar regularizar a documentação, a Junta Comercial, é uma Autarquia, precisa ter seus bens, para isso, *nós pediremos apoio de vocês, nós temos o pensamento, com apoio de vocês, de tentar mudar de sede também, tentar até construir uma sede, existe uma proposta Senhor Presidente, antiga, da época em que eu era Presidente da Associação Comercial, a Associação Comercial possui um terreno atrás da Prefeitura, então, existe uma proposta que tramitou na Junta Comercial e na Associação Comercial, para que fosse feito um prédio naquele local, a Associação Comercial, ficava com uma parte e colocaríamos todas as outras entidades, como por exemplo, as micro empresas ficariam lá e a Junta Comercial ficaria com um andar só.*

Existem minutas desta proposta, mas está tudo parado, nós vamos tentar reativar isso, até mesmo, com uma Emenda Parlamentar impulsionada pelo DREI em Brasília impulsionada pelos Senhores, eu acho que isso é possível, porque aquele prédio está inadequado, a instalação elétrica tem que ser toda reformada, já fizeram isso inclusive, mas está tudo errado.

O que nos preocupa muito hoje, é que nós temos equipamentos muito caros, no momento, está tudo bem, mas tudo é possível acontecer, o prédio está com instalação velha, é necessário que nesse ano, *nós também procuremos fazer isso, nós sabemos da dificuldade do Estado*, mas é uma proposta nossa também, a outra Presidente, nós necessitamos de colaboração, pois iremos aumentar muito esse ano o nosso serviço na Junta Comercial e contamos com trinta e dois funcionários, a baixa de empresa que não era na Junta Comercial, por exemplo, hoje, *é feita de forma rápida*, isso resolveu um grande problema do Brasil todo, principalmente nosso aqui, antes, havia muita dificuldade para se constituir uma empresa, demorava mais ou menos de três, a seis meses, para dar baixa era muito difícil.

Hoje, o Governo Federal, através desse Programa que será lançado a partir de maio desse ano, pois ele já está pronto, vai regularizar todas as empresas, tudo vai passar pela Junta Comercial, então, *nós*

*precisamos de pessoas que tenham formação em Tecnologia.*

Na Junta Comercial, apenas os Diretores ganham bem, para os demais, o maior salário que tem, *é o da Chefe de Gabinete que é quatro mil reais, existem uns três ou quatro Cargos de dois mil e os demais, ganham um salário mínimo, dois mil e pouco é o salário dos Digitadores*, Presidente, praticamente todos tem treinamento de Analista de Processo, na Junta Comercial tínhamos dois Analistas, hoje, temos quatro e precisamos de mais dois.

Os Processos é que analisam e dão sequência aos Processos, antes, esses dois analistas se revezavam, um cuidava do registro de empresa e o outro de microempresa, o problema é que quando um deles faltava, o outro não podia trabalhar e o Processo ficava parado, nós encontramos Processos na Junta Comercial, de

Empresas daqui, com um ano sem providências, isso era a nossa Junta Comercial, imediatamente nós resolvemos esse problema, todo dia cobrando do Conselho.

Nós nos reunimos com todos os funcionários e os orientamos para que os Processos saiam de imediato da Junta Comercial, antes, as pessoas que tinham treinamento de Analista estavam foram de área, por isso, *não trabalhavam com Processos, nós trouxemos todos para as suas áreas e com isso melhoramos muito o atendimento.*

Hoje, ao chegar na Junta, o Senhor já encontra os funcionários com seu crachá e então você já identifica cada pessoa, tem a fotografia dela, daqui a uma semana, eles terão também senha.

Os Processos *não estão demorando*, enquanto esse Integrador não funciona, tomamos o cuidado de agilizar o trabalho para que seja feito o mais rápido possível e isso está sendo feito, ainda temos uma dificuldade em relação a demora da Prefeitura, mas, a Senhora Prefeita se colocou a nossa disposição, então, a Junta Comercial enviou o Secretário da Prefeitura para Minas Gerais para que ele conhecesse o funcionamento do Projeto Integrar. Depois de integrado isso, a Prefeitura irá arrecadar mais e tudo funcionará de forma correta.

Até o fim de dois mil e dezesseis, *nós estaremos em oito dias (que é a média que o DREI estabeleceu) para todas as Juntas Comerciais*, para que uma firma saia com seu Alvará de Licença, podendo ser feito em sua casa, inclusive, se for possível, essa foi uma providência imediata que nós tomamos.

Outras ações em andamento estão nas apostilas que eu trouxe para que os Senhores possam ver. Fizemos uma reunião que incluía nossos Diretores, os funcionários da parte de TI e demais servidores, para que eles conhecessem como funciona esse Projeto e tudo que a Junta Comercial faz, por isso Senhor presidente, que o atendimento foi melhorado, pois agora cada um sabe exatamente o que tem que fazer, sensivelmente a nossa Junta Comercial melhorou.

Eu tenho algo a explicar de suma importância, Senhor Presidente, eu também sou Presidente do Conselho Regional de Administração, nesse Conselho, nós tivemos eleições no ano passado, nessa eleição, os nossos adversários foram quatro professores da Universidade Federal de Roraima, que eram praticamente donos do Conselho, então, *nós levamos uma Chapa como meu nome e entramos para disputar a eleição, o dia nove de julho, é o dia do Administrador, existe o sindicato dos Administradores* e esse sindicato faz corrida para os Administradores todo ano, quando foi no ano passado, que eu era Presidente, pois tinha sido eleito para o meu segundo mandato, nós apoiamos o sindicato, compramos água, levamos uma lona para a frente do CRA e fizemos essa corrida que foi linda, nossa eleição era em outubro, tanto a chapa um, que era a minha, quanto a chapa dois que era do adversário, fizemos umas camisas com nome de chapa, umas fotografias de todo mundo, foi um condensamento muito grande, aconteceu que a chapa dois, que era dos professores, tiraram fotografias do nosso pessoal trabalhando, a nossa eleição é feita pela internet, direto com Brasília, nós queríamos brincar, participar, *não nos preocupamos* com o que havia no Regimento Eleitoral e que isso poderia mudar o eleitorado, mas o Administrador mudar por vestir uma camisa, isso é um absurdo, então, fizeram uma denúncia para o CFA, pedindo anulação da eleição, e mais ainda, querendo descaracterizar minha eleição, alegando que eu sou apenas um Administrador, não professor, usando seus currículos e muitos documentos e isso foi para o plenário em Brasília, mas por nossa sorte, apareceu um dos Diretores do CFA aqui, que veio dar um treinamento e foi até o escritório comigo, chegando no escritório ele viu muitos diplomas que ficam atrás da minha cadeira, tenho muitos Diplomas que coloco em quadros, entre eles estava esse Deputado Coronel Chagas, ele olhou disse “Bira, aqui está a sua defesa”, tirou esse documento e levou e disse que iria entregar para os Diretores, disse ainda, que os professores tinham muitos diplomas e queriam descaracterizar a sua eleição, pois, segundo eles, você somente possui o curso de Administração, não possui outro curso, e a sua diretoria também são todos Administradores.

A pessoa que foi me defender, que era um irmão meu, entrou na sala, segundo ele, me dizendo, e disse: “eu trago esse documento no qual todos os Deputados da Assembleia Legislativa de Roraima, concederam o título de orgulho de Roraima, a esse Administrador, segundo a lei numero tal, pois lá na cidade dele, existem quatrocentos mil habitantes e mais ou menos isso de leitores, o povo outorgou” estou como Presidente do Conselho Regional de Administração, por causa desse papel, isso é uma valorização, você deve dar valor ao que tem.

O Senhor Presidente da Comissão Deputado **Valdenir Ferreira** – Senhor Ubirajara, só por uma questão de ordem, nós ainda temos uma vasta agenda de compromissos, eu queria agradecer pelas suas considerações e ouvindo o que Vossa Excelência está falando, nós sabemos que o Senhor tem um Curriculum grandioso de serviços prestados a esse Estado e, gostaria de passar agora, a palavra aos nobres colegas Deputados iniciando pelo Relator, Deputado Coronel Chagas para que ele proceda as perguntas pertinentes a pauta de que estamos tratando aqui.

Senhor Deputado **Coronel Chagas**- Boa tarde a todos, quero cumprimentar o nosso Presidente, Deputado Valdenir Ferreira, Deputado Zé Galeto, Deputado Odilon, dá as boas vindas ao Presidente da JUCERR, Ubirajara Riz Rodrigues. Presidente, tinha algumas perguntas para fazer, mas após a exposição do Ubirajara, supriu. Era para saber da estrutura da Junta, pois chegou ao conhecimento, que lá, só tem estagiários. Outra pergunta, era se havia previsão de realizar concurso, ele nos respondeu com a explicação, deu para entender que realmente há a necessidade. Outra pergunta, era se teria algum projeto previsto para estruturar melhor, eu vejo que já existe um projeto, mas se o governo não mandou, acho que não achou conveniente, naquele momento, sugeri que apresente à governadora e faça o convencimento político, pois se não convence-la, porque se não chegar aqui, não poderíamos fazer nada, pois a matéria cuja a competência para dar início, é da chefe do executivo. Portanto, estou satisfeito com a exposição feita e não tenho nenhuma pergunta a fazer. Senhor Deputado **Zé Galeto**- Boa tarde, gostaria de saber de nosso Presidente, se hoje para eu dar baixa em uma empresa minha, quantos dias levaria? Antigamente, demorava muito para conseguir dá baixa em uma empresa, havia muita dificuldade, o Senhor falou que hoje em dia está mais fácil. Senhor Ubirajara Riz Rodrigues- É rápido. Essa baixa corresponde na simplificação, você pode entrar até pela internet, senão, você pode ir na Junta, que tem gente preparada, tem um plantão pra fazer isso, imediatamente o sistema da baixa, você vai passar todos os seus débitos para o seu CPF, a sua empresa sai do contexto rapidinho, olha, isso é um avanço no Brasil muito grande, por exemplo, tenho umas três empresas e até hoje eu to dando baixa em todas, é rapidinho.

Se você tiver alguma dificuldade, dê uma ligada para o Presidente, ou pra um Diretor, tenho atendido muita gente, não estou fazendo mais do que minha obrigação, temos feito tudo, tudo para atender e temos resolvido muita coisa, quanto a isso, não se preocupem, procuremos, ta bom? Senhor Deputado **Zé Galeto**- quantos dias, Senhor Ubirajara Riz Rodrigues- dois dias, tem empresa que não demora nem isso, depende da complicação, mas a baixa é imediata, Senhor Presidente **Valdenir Ferreira**- Todos os órgãos estão interligados? Receita, CEFAP, Prefeitura? Senhor Ubirajara Riz Rodrigues- A Receita está integrada como o INSS, está integrado com tudo hoje, esse projeto já está integrado com a Receita, então, a comunicação é rápida, para dar baixa é rápido, mas para constituir é que está morando um pouquinho, porque não está integrado com a Prefeitura, mas isso está sendo feito agora, já assinamos o convênio, mas para dar baixa é rapidinho. Senhor Deputado **Zé Galeto** – Para abrir uma Empresa também é rápido? Senhor **Ubirajara Riz Rodrigues** - Está mais rápido, é aquilo que eu disse aqui, nós tomamos providência para que, enquanto não terminar esse integrador, nós tomamos providência junto com a Prefeitura, cada caso é um caso, às vezes, você vai fazer uma empresa e isso tem um risco, se você for montar um posto de gasolina, por exemplo, a Prefeitura tem que dizer se naquela área é de alto risco ou médio risco, mas com dez ou quinze dias você já tem sua Empresa, não tenha dúvida disso.

Senhor Deputado **Zé Galeto** – Obrigado! Senhor Deputado **Odilon Filho** - Boa tarde Senhor Presidente, e os colegas Deputados, Deputado Zé Galeto, Deputado Coronel Chagas e o nosso Presidente, o senhor Ubirajara que se fez aqui presente e realmente relatou aqui, eu vejo que segundo o Relatório, consta aqui, inclusive, até a situação financeira é boa na Junta Comercial, eu vejo que é o único que tem saldo em caixa, durante dois meses, janeiro e fevereiro, teve a receita maior do que a despesa, então tem recurso em caixa, isso facilita a sua administração, eu vejo que os seus projetos estão evoluindo e que tem tomado algumas medidas com relação aos servidores, como bem disse o Coronel Chagas eu também iria fazer a mesma pergunta, mas você já respondeu, que é inadmissível hoje, todos ali são de Cargos Comissionados e alguns estagiários, temos que mudar esse perfil, as pessoas estão estudando

e aguardando concurso público, então, tem que se fazer concurso para essas áreas também, eu quero elogiá-lo também, por ter indicado uma pessoa que está na Junta Comercial há dezoito anos e não teve uma possibilidade de subir dentro daquele órgão, ali, você fez a indicação para Diretor de Registro do Cidiclei, fez uma indicação justa, porque ele é uma pessoa que tem realmente conhecimento na área, eu quero aqui parabenizá-lo, no demais, eu gostaria de saber também, você falou de salários, que os melhores salários estão com os Diretores, quanto é que ganha um Diretor lá?: Senhor **Ubirajara Riz Rodrigues** – Eu a nível de Secretário e, os Diretores são a nível de adjuntos, são quatro apenas, para os demais, o salário é de quatro mil reais. Senhor Deputado **Odilon Filho** – Maseu não sei quanto ganha um adjunto, Senhor **Ubirajara Riz Rodrigues** – Um adjunto ganha uns quinze mil ou dezesseis, mais ou menos, Senhor Deputado **Odilon Filho** – Então tá bom.

Senhor Deputado **Odilon Filho** – Senhor Presidente, estou satisfeito com as informações prestadas pelo Senhor Ubirajara pela pessoa que eu conheço, o Ubirajara sempre teve nessa área e acredito que a nossa Governadora fez a indicação da pessoa correta para está ali, presidindo a nossa Junta Comercial do Estado de Roraima, muito obrigado.

Senhor Presidente **Valdenir Ferreira** – eu ainda tenho mais uma questão aqui Senhor Ubirajara, a Junta Comercial almeja fazer a médio e longo prazo algum tipo de ação para evitar o encerramento de empresas prematuras? Porque nós sabemos, que algumas empresas abrem mas, o tempo de vida dela acaba rápido, que tipo de ação através de outros órgãos em parceria com a Junta Comercial, estaria se trabalhando para que essa empresas possam sobreviver no mercado?

Senhor **Ubirajara Riz Rodrigues**- mas nesse caso, não é a Junta Comercial, é o SEBRAE, Senhor Presidente **Valdenir Ferreira** – mas existe um convênio com o SEBRAE? Senhor **Ubirajara Riz Rodrigues**- O SEBRAE dá assistência as empresas, nós fizemos até um tempinho com o SEBRAE, um programa, até no interior, mas não vai dar pra fazermos esse ano, outra coisa, é que só fico como Presidente até Janeiro de dois mil e dezesseis, ai se encerra o meu mandato, e tenho que fazer todas essas coisas, vocês viram que em dois mil e oito, já estávamos preocupados com a Junta Comercial, eu preciso fazer isso com o apoio dos Senhores, eu vou vir aqui com vocês e pedir para que visitem a Junta Comercial, visitem esse Projeto Integrar, é muito importante para a Autarquia, está, recebendo uma Comissão de Deputados para conhecerem isso, porque vocês dão apoio para nós, é importante, é necessário que nos integremos para funcionar-mos, principalmente, numa instalação, Presidente, de uma parte tecnológica muito importante que vai ter em Roraima, vamos integrar todos os órgãos, a Junta Comercial tem servidores de porte, gastou-se no ano passado duzentos e setenta e oito mil reais, está tudo lá, funcionando, isso, vocês tem que ver e cobrar, esse INTEGRAR, se vocês visitarem a Junta Comercial daqui um tempo, perguntem se o projeto está funcionando, estou dizendo isso porque está acontecendo lá em Brasília, três empresas se capacitaram para fazer esse programa Programa Integrar, e também tem outros programas, que outras Juntas Comerciais estão fazendo. Em Manaus, não é o INTEGRAR, é outro, o pessoal de Manaus veio aqui com agente, mas nós por não termos recursos, estamos atrelados ao Governo Federal, então presidente, quanto a isso aí, o que nós poderíamos fazer para incentivar a empresa nós podemos criar junto com o SEBRAE, que está lá um clichê do SEBRAE, até tive reunião com aquele clichê do SEBRAE, antes de ontem, se você chegar na Junta Comercial, se depara com o clichê do SEBRAE e, ai vai surgir a pergunta “aqui é o SEBRAE ou é a Junta Comercial?” amigos, para se dirigir um negócio desses é preciso ter experiência e, é preciso ter coragem, porque você tem problemas com o Conselho, com a Administração, vamos mudar tudo aquilo ali, vamos lá com a Superintendente Luciana Surita e pedir mudanças, os projetos do nosso parceiro SEBRAE, tem início, meio e fim duvidoso, porque vocês fazem Relatório, querem Relatório, mas isso, nós estamos integrando, aliás, isso é uma boa pergunta que eu vou levar para a próxima reunião com o SEBRAE, me cobrem isso depois, porque é possível sim, através do clichê que está lá, só com estagiário, vamos lutar para que sejam funcionários de carreira, técnicos para dar suporte, para fazer um diagnóstico da empresa, pode ser, por exemplo, que a empresa esteja com problema por falta de uma orientação técnica, por não saber como tirar o capital de giro, vamos fazer o clichê funcionar.

Antigamente, o SEBRAE era assim, lembro que sempre tive empresa pequena, chamei o pessoal do SEBRAE e foram os técnicos lá e fizeram um diagnóstico da minha empresa, hoje, não se faz mais isso, Deputado Coronel Chagas, hoje, se você pedir um diagnóstico da sua empresa, eles lhe dão um monte de escritos, que é um Relatório, para apresentar para o chefe deles. Nós temos que mudar isso, cobrem isso depois de mim, o que mais o Senhor tem para me perguntar? Senhor Presidente **Valdenir Ferreira** – Os nobres Deputados estão satisfeitos?

Senhor **Ubirajara Riz Rodrigues** - Gostaria de registrar que no último gráfico da apostila que eu trouxe para os Senhores, para que vocês vejam quantas empresas atuantes tem em Roraima, setenta e cinco por cento, são microempresas, outras empresas, são vinte um por cento, que são as empresas limitadas e empresas grandes mesmo, são cinco por cento. Então, nós temos hoje, vinte e oito mil, cento e setenta e três empresas registradas na Junta Comercial ativas, queria deixar algo dito. Quando a empresa não movimentada por dez anos na Junta Comercial, sem movimentar papel nenhum, existe uma lei em que são baixadas ex-officio, tem que ser feito um processo e nós vamos fazer isso agora neste ano. Porque há muitos anos não fazem, para buscar a realidade das empresas. Esses dados são de dois mil e três e em dois mil e quatorze, os percentuais foram todos negativos, em dois mil e quatorze, tivemos menos empresas registradas do que em dois mil e treze, em janeiro e fevereiro de dois mil e quinze, tivemos percentuais positivos, ou seja, em dois mil e quinze, houve uma reação, por exemplo, mais de dezenove por cento de empresas foram registradas, então, a Junta Comercial está bem nesse aspecto, então, é isso que eu queria dizer Senhor Presidente, esses dados são importantes para ficarem aqui registrados. Senhor Presidente **Valdenir Ferreira** - Está ótimo, por fim, eu gostaria de agradecer a sua presença aqui perante esta Comissão, sabendo que após toda a avaliação do seu curriculum, eu não tenho dúvida de que o Senhor está apto a exercer o cargo de Presidente da Junta Comercial, lembrando que o senhor será levado a se submeter ao plenário desta Casa e, o Senhor precisará de pelo menos treze votos para que seja ratificada a decisão desta Comissão, se o Senhor tiver considerações finais par fazer, a palavra está franqueada.

Senhor **Ubirajara Riz Rodrigues** - As minhas considerações finais consistem em agradecer a todos os Senhores, conheço todos e dizer que a minha condução de vida até agora, foi essa, em todo lugar por onde passei procurei dignificar o nome das instituições e o meu, eu tinha uma missão na vida quando eu comecei, ainda menino, eu tive problemas familiares com o meu pai que largou a minha mãe, queria que os meus filhos nunca tivessem vergonha do pai e isso eu consegui. Só isso mesmo. Presidente **Valdenir Ferreira** - Obrigado Senhor Ubirajara, damos por encerrada a arguição do Senhor Ubirajara Riz Rodrigues, comunicando que a proposição, após ser deliberada nesta Comissão, será encaminhada para o plenário desta Casa de leis para discussão e deliberação final, o Senhor está dispensado Senhor Ubirajara, Senhor **Ubirajara Riz Rodrigues** - Obrigado.

Presidente **Valdenir Ferreira** - Ordem do dia, Senhores Deputados, nesse momento passaremos á apreciação e deliberação do Projeto de Decreto Legislativo número zero seis de dois mil e quinze, solicito ao Relator Deputado Coronel Chagas que faça a leitura do Parecer.

Deputado **Coronel Chagas** - Senhor Presidente, por já ser de conhecimento o Relatório, eu passo ao Parecer, no Relatório nós fazemos uma descrição da composição da Comissão do Curriculum Vitae do sabatinado, a experiência dele e o segundo ponto nosso é o Parecer, que passo a fazer com relação a sabatina do Senhor Ubirajara Riz Rodrigues para o Cargo de Diretor-Presidente da Junta Comercial do estado de Roraima, feita a arguição, a Mensagem Governamental numero zero, zero cinco de dois mil e quinze, foi transformada em Proposição Legislativa, a relatoria constatou que o Projeto de Decreto Legislativo zero sete de dois mil e quinze de autoria desta Comissão Especial, que aprova o nome do Senhor Ubirajara Riz Rodrigues para exercer o cargo de Diretor-Presidente da Junta Comercial de Roraima - JUCER, não contraria dispositivos constitucionais e não há vícios que possam prejudicar a sua tramitação regular nessa Comissão e posteriormente, junto aos demais Membros desta Casa Legislativa, através do seu Órgão Deliberativo que é o Plenário, portanto, emitimos Parecer favorável ao pleito constante da Proposição, é o nosso Parecer, nosso voto é no sentido de que diante do exposto, por ser constitucional, legal e Regimental, esta relatoria é favorável a aprovação do Projeto de Decreto Legislativo numero zero sete de dois mil e quinze, desta Comissão e recomenda aos nobres Pares desta Comissão a adoção do Parecer desta Relatoria, sala das sessões, Coronel Chagas Relator da Comissão.

Presidente **Valdenir Ferreira** - A votação do Parecer será nominal, votando sim, os Deputados aprovam, votando não, rejeitam, Deputado Coronel Chagas? Deputado **Coronel Chagas** - Sim; Presidente **Valdenir Ferreira** - Deputado Odilon Filho? ; Deputado **Odilon Filho** - Com o Relator; Presidente **Valdenir Ferreira** - Deputado Zé Galeto? ; Deputado **Zé Galeto** - Com o Relator; Presidente **Valdenir Ferreira** - Aprovado, não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a reunião.

Deputado Valdenir Ferreira  
 Presidente da Comissão

